

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: Leilões do pré-sal rendem R\$ 6,15 bi, abaixo do esperado	3
Título: O leilão e a alternativa	4

Folha de S. Paulo

Título: Sucesso do leilão no pré-sal veio dos ágios pagos pela Petrobras	9
--	---

O Estado de S. Paulo

Título: Investimentos em produção devem superar R\$ 100 bi	12
Título: Notas	19

Correio Braziliense

Título: Leilão do pré-sal rende R\$ 1,6 bilhão a menos	20
--	----

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Leilões do pré-sal rendem R\$ 6,15 bi, abaixo do esperado	3
Título: O leilão e a alternativa	4
Título: Concorrência acirrada e lances altos marcam disputa por blocos	6
Título: Batalha nos tribunais	8
Título: Notas	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Sucesso do leilão no pré-sal veio dos ágios pagos pela Petrobras	9
Título: Aneel anuncia bandeira vermelha em novembro	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Investimentos em produção devem superar R\$ 100 bi	12
Título: Petrobrás e Shell arrematam blocos por R\$ 3,15 bilhões.....	14
Título: ‘É mais negócio receber o dinheiro hoje’	15
Título: Para especialistas, resultado indica retomada do setor	16
Título: Dúvidas entre concessão ou partilha.....	17
Título: Notas	19
Título: Aneel mantém taxa extra na conta de luz	19
VEÍCULO: Correio Braziliense	20
Título: Leilão do pré-sal rende R\$ 1,6 bilhão a menos.....	20
Título: Modelo de partilha é questionado	22
Título: Reforço de R\$ 195 bilhões	23
Título: Luz terá taxa extra de R\$ 5.....	25
Título: Brasília-DF	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa, Ramona Ordoñez e Marina Brandão****Título: Leilões do pré-sal rendem R\$ 6,15 bi, abaixo do esperado**

Governo vê "sucesso estrondoso", com ganho futuro de exploração de áreas

Disputado por petroleiras do mundo todo e com participação decisiva da Petrobras, os leilões da 2ª e da 3ª rodadas do pré-sal renderam menos do que o esperado em bônus de assinatura. Com seis das oito áreas arrematadas, o governo levantou R\$ 6,15 bilhões, que entram nos cofres públicos até o fim do ano e ajudarão o país a cumprir sua meta fiscal de déficit de R\$ 159 bilhões. A previsão, porém, era arrecadar R\$ 7,75 bilhões caso todos os blocos fossem leiloados. Apesar do resultado fiscal aquém do esperado, houve disputa pelos blocos. Os bônus de assinatura haviam sido fixados previamente. Venceu a disputa a empresa que ofereceu a maior parcela de óleo-lucro — no regime de partilha, usado no pré-sal, a União é dona do petróleo, e o leilão é definido por quem oferecer o maior percentual de óleolucro, ou seja, o volume de produção repassado ao governo após a dedução dos custos e investimentos do projeto.

A área responsável pelo maior ágio foi o Entorno de Sapinhoá, adjacente ao Campo de Sapinhoá, na Bacia de Santos, segundo maior produtor do país. O bloco foi arrematado em consórcio formado por Petrobras (com 45%), Shell (30%) e Repsol Sinopec (25%), que ofereceu óleo-lucro de 80%, bem acima do mínimo, de 10,34%. O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, destacou os ágios oferecidos no óleolucro, que chegaram a 673,69%. Nas redes sociais, Temer escreveu: "Esforço do governo para tornar regras mais claras fez desta sexta-feira um dia histórico. O Brasil voltou!". O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reconheceu, porém, que a arrecadação ficou um pouco abaixo do esperado. — Existem alguns leilões que dão um resultado um pouquinho melhor. Alguns dão resultado pior, mas, se nós somarmos o que já foi feito de leilões do pré-sal até agora, o saldo ainda é positivo — disse.

Coelho Filho ressaltou contudo a receita futura do leilão: — Foi um sucesso estrondoso. O que vai vir de receita futura para a União é mais relevante que o bônus de assinatura. Coelho Filho destacou que a 2ª Rodada do pré-sal teve óleolucro médio de 52,8%, e a 3ª Rodada, de 56,86%. O patamar foi superior ao registrado em 2013, no leilão de Libra, quando o percentual repassado à União foi de 41,5%, o mínimo. O leilão marcou a entrada de novas empresas no país, como a QPI, do Qatar, e a CNODC, da China. Das seis áreas arrematadas, houve concorrência em quatro áreas. Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional

do Petróleo (ANP), disse que o leilão trouxe o Brasil de volta ao setor de óleo e gás: — Ter 75% das áreas arrematadas é extraordinário em qualquer lugar do mundo. As alíquotas de óleo-lucro superaram as expectativas. Contratamos uma arrecadação futura muito maior que o esperado.

11 EMPRESAS VENCEDORAS

As maiores vencedoras foram Petrobras e Shell. A estatal brasileira levou as três áreas em que tinha manifestado interesse, como Entorno de Sapinhoá, Peroba e Alto de Cabo Frio Central. A Petrobras selou parceria com quatro sócios: Shell, Repsol Sinopec, BP e CNODC. Todos os seis blocos foram arrematados por consórcios. Ao todo, onze companhias saíram vencedoras. Uma surpresa foi a oferta feita pela Ouro Preto, a única empresa privada nacional. A companhia deu lance pelo Entorno de Sapinhoá, mas não levou. Márcio Félix, secretário de Petróleo, do Ministério de Minas e Energia, ressaltou que o governo já se prepara para realizar a 15ª Rodada de pós-sal em março e a 4ª Rodada do pré-sal em junho.

Opinião : Redução de danos

O LEILÃO gerou R\$ 6,15 bilhões para o Tesouro, mas poderia ter sido R\$ 7,75 bilhões, se todas as áreas fossem arrematadas. Ou muito mais, na faixa dos R\$ 40 bilhões, caso o modelo de exploração fosse o bem sucedido de concessão. PORÉM, NUM dos surtos de estatismo de Lula e Dilma, inebriados diante das potencialidades do pré-sal, decidiram trocá-lo pelo de partilha, para dar mais poder ao governo na exploração dessas áreas. Os prejuízos são conhecidos. Este é um deles. EIS PORQUE é boa notícia a intenção do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, de colocar em votação o retorno à concessão. Mais uma medida de redução de danos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / coluna

Autor: Miriam Leitão

Título: O leilão e a alternativa

O governo arrecadou menos do que tinha como meta e vendeu menos áreas do que ofereceu. Mesmo assim, é preciso olhar as alternativas para avaliar o resultado do leilão de ontem do pré-sal. Se o modelo de partilha não tivesse sido flexibilizado, o governo teria vendido metade do que vendeu, porque a Petrobras só quis participar em três dos oito blocos que foram ofertados.

Não foi o "estrondoso sucesso" que o **ministro das Minas e Energia** disse, mas a avaliação feita por especialistas foi positiva. Sucesso teria sido se o leilão fosse

pelo regime de concessão, mas isso não é possível pela lei do pré-sal. De novo, é preciso ponderar a alternativa: continuar não fazendo leilões de petróleo. Se fosse assim, o Brasil permaneceria perdendo a oportunidade de explorar o pré-sal em época em que os combustíveis fósseis já não têm a atratividade que tinham antes. — A produção não convencional dos Estados Unidos, o shale gás, é um competidor do petróleo. O consumo mais consciente de combustível está reduzindo também as perspectivas de demanda futura — lembra o presidente da Petrobras, Pedro Parente.

Mas mesmo neste contexto, há muito interesse no pré-sal brasileiro, como ele constata em reuniões e conferências internacionais de óleo e gás. — O pré-sal brasileiro atrai muita atenção global. É hoje uma das três áreas de produção do mundo porque tem um índice grande de acerto nas perfurações. Por isso o custo unitário de extração é baixo. Há muito óleo em cada poço e o risco é baixo — diz Parente. E era esse interesse que estava contido com a não realização dos leilões do pré-sal, e com a demora de cinco anos que o governo anterior levou para aprovar o marco regulatório. Esse marco estabelecia que a Petrobras tinha que, obrigatoriamente, participar em 30% de cada bloco explorado. Se isso não tivesse sido alterado, em vez de vender seis blocos, o governo conseguiria apenas três, porque foram os únicos nos quais a Petrobras fez ofertas. Hoje a produção do pré-sal é 51% de todo o petróleo produzido pela Petrobras.

No modelo de partilha, o bônus de assinatura é fixo, com pagamento à vista, e as empresas competem entre si oferecendo barris de petróleo à União, com pagamento a prazo, o óleo-lucro. Ganha quem oferece mais óleo, ou seja, com maior ágio sobre o percentual mínimo. O que houve nas rodadas de ontem é que o bônus de assinatura ficou menor do que o previsto, R\$ 6,15 bilhões contra R\$ 7,75 bi, porque foram menos áreas arrematadas. Mas o ágio sobre o óleo ofertado foi maior, principalmente pela oferta da Petrobras em um dos blocos. Isso quer dizer que o governo receberá menos à vista, e mais, a prazo. Essa foi a principal diferença entre as duas rodadas que aconteceram ontem, e a primeira, realizada em 2013, com o campo da Libra. Há quatro anos, o governo arrecadou R\$ 15 bilhões com bônus de assinatura, à vista, mas não houve ágio sobre o percentual mínimo de petróleo entregue à União. Isso quer dizer que não houve competição entre as empresas.

No leilão de ontem, a arrecadação do bônus foi mais baixa, mas o ágio do excedente em óleo ofertado foi de 260%, na 2ª rodada, e de 202%, na 3ª. — Alíquotas mais elevadas se transformam, no futuro, em mais recursos para o Estado brasileiro — explicou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em entrevista coletiva. Essa também é a avaliação do consultor de petróleo John Forman, ex-diretor da ANP, que considera que o leilão foi um sucesso. Ele lembra que as grandes multinacionais do setor declararam esta semana interesse em ampliar investimentos no Brasil, acha que o pré-sal se mostra

competitivo mesmo que o petróleo caia para a casa de US\$ 35, e diz que as novas regras regulatórias já deram resultados.

A ideia de que o petróleo é um passaporte para o futuro e deveria ser resguardado para ser explorado pela Petrobras — sozinha ou em parceria — era defendida pelos mesmos que permitiram a instalação de um gigantesco esquema de corrupção na companhia. E o futuro será de menos emissões de gases de efeito estufa, portanto, de menos combustíveis fósseis. Neste momento, ainda há demanda por petróleo e é o tempo de ter um sistema flexível e competitivo de exploração e concessão.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Concorrência acirrada e lances altos marcam disputa por blocos

Petrobras oferece até 80% do lucro. "Não podíamos perder oportunidade", diz Parente

RAMONA ORDOÑEZ, BRUNO ROSA, MARINA BRANDÃO, DANIELLE NOGUEIRA E GLAUCE CAVALCANTI

O primeiro leilão do pré-sal no país desde 2013 teve disputa acirrada, lances altos e uma participação seletiva da Petrobras, que arrematou três blocos pelos quais já havia demonstrado interesse. Com a presença de 16 empresas nacionais e estrangeiras, o certame foi um teste para o apetite dos investidores dois dias depois de o Congresso recusar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), a previsão é que os seis blocos arrematados gerem investimentos de R\$ 760 milhões.

A participação da Petrobras, que chegou a oferecer 80% da produção (descontados os custos e investimentos) à União, surpreendeu até mesmo representantes do governo. A companhia ofereceu ágio de 673,69% sobre o percentual mínimo previsto no Entorno de Sapinhoá, de 254% em Alto de Cabo Frio Central e de 454,06% em Peroba. Segundo Pedro Parente, presidente da estatal, a companhia levou em conta o valor máximo que estava disposta a pagar e o retorno esperado dos projetos, além da concorrência acirrada:

— Nós observamos nesses leilões que eram só grandes empresas globais a participar e um alto grau de interesse. E, nessa situação, nós não podíamos nos dar ao luxo de perder essas oportunidades, razão pela qual fomos nos valores que estávamos autorizados a pagar, porque não se conhece o valor que o competidor vai oferecer.

Mesmo assim, a estatal teve atuação seletiva e não disputou, por exemplo, a área de Norte de Carcará, que tinha o maior bônus previsto na disputa, de R\$ 3 bilhões, e acabou arrematado por Statoil, Petrogal e Exxon. Na avaliação de Parente, o certame terá efeitos benéficos para o Rio, que deve recuperar o dinamismo do setor. São Paulo será o segundo maior produtor:

— Será bastante positivo para os dois estados, sem falar nos empregos que serão gerados, na contratação da indústria no Brasil para a construção de bens e equipamentos, prestação de serviços e pagamento de impostos.

Com três áreas arrematadas, o presidente da Shell Brasil, André Araújo, afirmou que o Brasil se consolida como um dos três principais países em investimentos da companhia no mundo:

— Isso representa uma enorme aposta no Brasil, acima desses US\$ 2 bilhões por ano que já estamos investindo no país até 2020 — observou.

DEBATE SOBRE MODELO DE EXPLORAÇÃO

O diretor de Exploração e Produção da Total, Maxime Rabilloud, explicou que a empresa segue comprometida com o Brasil. A companhia levou a área de Sul de Gato do Mato, com a Shell:

— É mais um marco, continuamos trabalhando.

Para o economista Edmar de Almeida, do Grupo de Economia da Energia da UFRJ, o leilão surpreendeu pela elevada competição entre grandes petroleiras.

— Houve diversidade de investidores, com grandes players da indústria mundial de petróleo. A crise política pesa pouco para esses investidores, pois eles atuam em países com condições políticas bem menos favoráveis que a brasileira — disse.

Alexandre Chequer, sócio do Tauil & Chequer Advogados, avalia que o resultado foi positivo, mas lamenta a opção pelo regime de partilha, instituído no país em 2010. O governo apoia uma revisão do modelo, com a volta ao regime de concessão. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende colocar o tema em votação até o início do próximo ano.

— No modelo de partilha, o leilão foi um sucesso. O resultado mostra como grandes investimentos já poderiam ter sido feitos lá atrás, se os leilões não tivessem sido suspensos. Do ponto de vista de arrecadação, foram licitadas seis das oito áreas, foi forte — resumiu Chequer. — No regime de concessão, é mais fácil administrar o processo, permite arrecadar mais em bônus de assinatura, amplia a concorrência.

Margarida Gutierrez, especialista em contas públicas da UFRJ, minimizou as preocupações com a arrecadação abaixo do esperado:

— O número que o governo divulga antes é uma estimativa. Não é R\$ 1 bilhão que vai fazer diferença, não traz problema do ponto de vista fiscal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Batalha nos tribunais

Liminar atrasa leilão. Grupo de 50 advogados faz plantão para garantir certame

Uma liminar da Justiça Federal do Amazonas colocou em compasso de espera os executivos mais poderosos da indústria do petróleo por duas horas e meia. Das 9h, quando estava marcado para ter início, até as 11h30, o clima era de expectativa, mas de confiança. A demora foi tanta que os participantes do leilão começaram a brincar que o café iria acabar.

— A diretoria inteira da empresa dormiu no hotel. O investimento foi alto para esse leilão. Não entendo como uma liminar do Amazonas coloca tudo em suspenso. Acho que alguém comeu mosca — disse um executivo de uma multinacional.

O certame só teve início após o governo vencer uma batalha judicial. A ministra Grace Mendonça, da Advocacia-Geral da União (AGU), passou horas reunida com o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador Hilton Queiroz, na manhã de ontem na tentativa de destravar o certame.

Por volta das 11h, a própria ministra informou à imprensa sobre a liberação para realizar a disputa. A AGU preparou um batalhão de advogados para monitorar e barrar qualquer decisão no país contra o leilão. Mais de 50 servidores ficaram de plantão para garantir o sucesso do certame, disse a ministra.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Oriente Médio é aqui

Décio Oddone, diretor-geral da ANP, era todo felicidade, ontem, com os resultados das duas rodadas do pré-sal. Mas, para ele, é muito significativa a participação da Qatar Petroleum International em um consórcio que vai explorar o campo Alto de Cabo Frio-Oeste, na Bacia de Santos: — É uma empresa de um país rico em petróleo que aposta nas reservas brasileiras. Isso significa muito.

Parque das Conchas...

Na verdade, a QPI já está no Brasil desde 2014, quando pagou cerca de US\$ 1 bilhão por um pedaço da Shell no projeto Parque das Conchas.

A Fórmula 1 da BR...

Tem empresa, inclusive de capital nacional, que perdeu a disputa e ficou impressionada com o apetite da Petrobras nas rodadas do pré-sal, ontem: — Eu esperava que a estatal viesse a 80km por hora, e não numa velocidade de Fórmula 1 — disse um deles.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Sucesso do leilão no pré-sal veio dos ágios pagos pela Petrobras

Nos primeiros leilões do pré-sal promovidos no país desde 2013, o governo vendeu seis das oito áreas em oferta, com uma arrecadação de R\$ 6,15 bilhões, 20% abaixo do esperado.

O resultado foi considerado um "estrondoso sucesso" pelo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. O ministro comemorou em particular os altos percentuais de petróleo —os ágios medidos em volume de óleo, e não em recursos financeiros— que serão destinados à União ao longo do período de produção das reservas.

Mais uma vez, porém, a Petrobras teve grande participação no resultado de um leilão. A estatal liderou os consórcios que ofereceram os três maiores ágios em relação aos percentuais mínimos de petróleo, item que definia os vencedores de cada disputa.

Houve concorrência por quatro áreas. Três delas foram vencidas por consórcios encabeçados pela Petrobras. Os lances do trio responderam por 87% do ágio acumulado nos certames.

No maior deles, para a área de Entorno de Sapinhoá, Petrobras, Shell e Repsol Sinopec ofereceram ágio de 673,69% em relação ao percentual mínimo de 10,34%. O outro concorrente, a Ouro Preto Petróleo, ofereceu ágio de 104,7%.

Para vencer as disputas pelas áreas de Peroba e Alto de Cabo Frio Central, os consórcios liderados pela Petrobras ofereceram ágios de 454,07% e 254,82%, respectivamente.

LUXO

"Não podíamos nos dar ao luxo de perder as áreas", justificou o presidente da estatal, Pedro Parente. "Com grandes empresas participando, fomos ao limite do considerado rentável."

A Petrobras, porém, havia exercido direito de preferência permitido por lei para as três áreas, o que lhe garantia uma participação de 30% no consórcio vencedor mesmo se perdesse as disputas.

"O bônus de assinatura é importante sim, mas o ganho que virá com o petróleo no futuro é muito mais", disse após os leilões o ministro Fernando Coelho Filho.

"O aumento de percentuais mínimos terá impacto brutal na arrecadação futura do governo", informou após o leilão o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), Décio Oddone.

Na média, o percentual de petróleo oferecido ao governo foi de 52,8% na segunda rodada de licitações e de 58,5% na terceira –maiores do que os 41,65% obtidos no leilão de Libra, o primeiro leilão do pré-sal, em 2013.

A quarta área em que houve concorrência, Norte de Carcará, foi vencida por consórcio formado pela norueguesa Statoil, a americana Exxon e a portuguesa Petrogal, com ágio de 203,99% sobre o percentual mínimo.

A Shell liderou duas ofertas vencedoras, ambas sem disputa e pelo percentual mínimo. Em diferentes consórcios, a companhia disputou todas as seis áreas que receberam ofertas.

"Os altos ágios indicam que os percentuais mínimos estavam baixos", disse o ex-diretor da ANP Victor Martins. "E que o modelo de partilha da produção dá certo."

Na terça (24), a Folha publicou estudo da consultoria legislativa da Câmara que questionava os valores estabelecidos em editais, considerados "muito baixos" pelos autores. O modelo de partilha foi questionado na quarta (25) pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia.

Os R\$ 6,15 bilhões serão depositados em dezembro, ajudando o governo a reduzir o déficit fiscal de 2017.

VAIVÉM

O leilão foi marcado por incertezas sobre sua realização.

Logo pela manhã, o juiz Ricardo Sales, da 3ª Vara Cível da Justiça Federal de Manaus, concedeu uma liminar suspendendo o leilão.

Ele argumentou que os valores cobrados pelas áreas são baixos e que a lei que pôs fim à exclusividade da Petrobras no pré-sal apresenta "vício constitucional".

A suspensão foi obtida em ação conjunta entre o PT, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e sindicatos, que entraram com pedidos em diversos Estados.

A AGU (Advocacia Geral da União) recorreu e obteve vitória no TRF1.

"A derrubada da liminar atende interesses dos entreguistas, do mercado internacional, de quem não pensa no Brasil. É um acinte e isso só acontece porque estamos vivendo um período tenebroso de desrespeito ao Estado de direito", disse Vagner Freitas, presidente Nacional da CUT.

O coordenador-geral do Sindipetro (Sindicato dos Petroleiros) do Amazonas, Acácio Carneiro, afirmou que a entidade recorrerá para suspender novamente o leilão. "Não vamos desistir", disse ele, afirmando que o governo joga fora anos de investimento em tecnologia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Laís Alegretti

Título: Aneel anuncia bandeira vermelha em novembro

Com bandeira vermelha, conta de luz terá custo mais alto em novembro.

Sem melhora na situação dos reservatórios das hidrelétricas, a conta de luz terá custo mais alto em novembro.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) informou nesta sexta-feira (27) que será aplicada a bandeira vermelha, no patamar 2, no próximo mês. Isso representa uma cobrança de R\$ 5,00 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

Apesar de a bandeira do mês de outubro ser a mesma, o custo subirá em novembro porque a Aneel revisou a metodologia das bandeiras tarifárias.

Na última terça (24), a agência reguladora aprovou o aumento da cobrança máxima - a bandeira vermelha em patamar 2 - de R\$ 3,50 (valor que vigora até este mês) para R\$ 5 a cada 100 kWh.

"Não houve evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior e, ainda que não haja risco de desabastecimento de energia elétrica, é preciso reforçar as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício", informou a Aneel.

As bandeiras servem para repassar ao consumidor os custos extras das distribuidoras ao longo do ano. É o que ocorre quando falta água: as empresas contratam energia mais cara - de termelétricas, por exemplo - para compensar o nível baixo das hidrelétricas, e as bandeiras amarelas e vermelhas, em primeiro e segundo patamar, são acionadas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / Denise Luna

Título: Investimentos em produção devem superar R\$ 100 bi

Resultado foi "sucesso estrondoso", diz ministro de Minas e Energia; Meirelles afirma que arrecadação abaixo do esperado foi "normal"

O primeiro leilão do pré-sal realizado no governo Michel Temer garantiu ao governo uma arrecadação de R\$ 6,15 bilhões. O valor ficou abaixo dos R\$ 7,75 bilhões que poderiam ser arrecadados se duas das oito áreas oferecidas não tivessem ficado sem oferta. Mesmo assim, o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho**, classificou o resultado como um sucesso "estrondoso". A comemoração de Coelho se deu por conta do ágio médio conseguido na disputa, de mais de 200%. No regime de partilha, usado no leilão de ontem, o pagamento pelo direito de explorar as áreas é fixo. Ganha a disputa quem se compromete a repassar ao governo uma fatia maior do petróleo produzido, em

relação a um percentual mínimo estabelecido. Ou seja, apesar de nem todas as áreas terem sido leiloadas, a União acabou garantindo uma receita futura maior que a prevista.

"O excedente de petróleo reservado para a União, bem acima do mínimo, vai ter um impacto brutal na arrecadação futura", disse o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. A expectativa é que as seis áreas vendidas ontem gerem investimento de mais de R\$ 100 bilhões e royalties de cerca de R\$ 45 bilhões ao longo do desenvolvimento dos campos, em torno de 30 anos. Para o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a arrecadação abaixo do esperado foi um "processo normal". "Existem leilões que dão resultado um pouquinho melhor, outros que dão resultado pior. O leilão anterior deu resultado bem melhor do que o esperado, aqueles leilões de hidrelétricas e de petróleo foram melhores em mais de R\$ 3 bilhões.

Este foi mais de R\$ 1 bilhão abaixo do esperado", disse. "Se nós somarmos o que já foi feito, o saldo é positivo, apesar desse resultado um pouco abaixo do esperado." Disputa. Sem a exigência de a Petrobrás ter uma participação mínima de 30% em todos os blocos (essa foi a regra que valeu no primeiro leilão do pré-sal, em 2013), a disputa de ontem – oficialmente chamada de 2.^a e 3.^a Rodadas de Licitações – atraiu 14 petroleiras estrangeiras, o que tornou a concorrência muito mais acirrada. Consórcios liderados pela Petrobrás levaram três das oito áreas. A estatal ficou, por exemplo, com a área do Entorno de Sapinhoá, com o compromisso de que vai entregar 80% do óleo excedente (o que sobra após se retirar os custos de produção e o pagamento de royalties) ao Tesouro, frente ao mínimo de 10,34% definidos em edital.

Esse dinheiro, no entanto, não vai entrar no caixa antes de 2022, quando deve ser iniciada a produção. Como essa área é uma continuação de outra já concedida à estatal, a empresa possui infraestrutura instalada e, por isso, o custo de produção é menor. "Isso permitiu que a Petrobrás fosse mais ousada", avaliou o professor do Instituto de Economia da UFRJ e ex-diretor da ANP, Helder Queiroz. Apesar do destaque da Petrobrás nas duas rodadas, a disputa também foi marcada pela presença das grandes multinacionais. A Exxon, que retornou ao mercado brasileiro no mês passado, no último leilão de póssal, voltou às compras e levou a área Norte de Carcará, na Bacia de Santos, ao lado da norueguesa Statoil, operadora do bloco, e da portuguesa Petrogal.

A área mais nobre, Peroba, localizada na Bacia de Santos, saiu para a Petrobrás ao lado da inglesa BP Energy e da chinesa CNODC. "Empresas que não estavam no Brasil voltaram e fizeram apostas. Isso mostra a confiança que têm em nós", disse Fernando Coelho. A análise do especialista da PUC, Alfredo Renault, é que as empresas participaram porque mudanças regulatórias tornaram o País mais

atrativo. "Temos perspectivas de reservas que também ajudam muito. E ficou claro que a Petrobrás não precisa de proteção para ter papel de destaque." / COLABOROU IDIANA TOMAZELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna /Fernanda Nunes

Título: Petrobrás e Shell arrematam blocos por R\$ 3,15 bilhões

Companhias mais ativas do leilão do pré-sal, as duas se uniram para ficar com área, na Bacia de Santos, que teve o maior ágio.

A Petrobrás e a Shell, as duas maiores produtoras de petróleo do Brasil, foram também as mais ativas nos dois leilões de áreas do pré-sal realizados ontem pelo governo brasileiro. Sozinhas ou em parceria, cada uma levou três das oito áreas oferecidas nas 2.ª e 3.ª Rodadas de Partilha de Produção. Em uma delas, no bloco Entorno de Sapinhoá, na bacia de Santos, se uniram para arrematar o bloco que teve o maior ágio do leilão, de 80%. A alíquota mínima do óleo excedente destinado à União, proposto pelo governo, era de 10,34%. A Petrobrás comprou ainda 40% do bloco de Peroba, na Bacia de Santos, e 50% do Alto de Cabo Frio Central, na bacia de Campos. A Shell ficou com 80% de Sul de Gato do Mato, área na Bacia de Santos adjacente a outra já adquirido pela petroleira americana anteriormente, além de 55% de Alto Cabo Frio Oeste, na mesma bacia.

Ao todo, os blocos arrematados pelas duas companhias arrecadaram R\$ 3,15 bilhões em bônus para o governo, valor pago na proporção da participação adquirida por cada sócio. O presidente da Shell Brasil, André Araújo, festejou a oportunidade de se tornar operador no Brasil, o que não era possível antes das mudanças nas regras do regime de partilha. No primeiro leilão do pré-sal, do campo de Libra, em 2013, apenas a Petrobrás era admitida como operadora – empresa responsável por todas as decisões do desenvolvimento da produção –, o que afastou as grandes petroleiras da disputa e fez com que apenas um consórcio demonstrasse interesse (Petrobrás, Total e chinesas). O bloco acabou saindo pelo bônus mínimo de R\$ 15 bilhões.

"Nossa atuação foi fruto do planejamento de meses. Levamos vários blocos e estou muito satisfeito", disse Araújo, destacando que, com a compra da parte de pré-sal de Gato do Mato, será possível "tirar do freezer" o projeto localizado no pós-sal da mesma área, com o mesmo nome, adquirido pelo regime de concessão. Produção. Apesar de ser a segunda colocada no ranking das maiores produtoras de petróleo feito mensalmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a produção da Shell é de

aproximadamente 300 mil barris diários – após a compra da BG, em setembro do ano passado –, enquanto a produção da Petrobrás ultrapassa os 2 milhões de barris de petróleo diários.

Também satisfeito com o resultado obtido no leilão de ontem, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, afirmou que, apesar da crise que a empresa atravessa, não haverá problemas para honrar o pagamento do bônus. Ele afirmou que os recursos estão contemplados no investimento de US\$ 17 bilhões para este ano – os investimentos nos blocos serão feitos ao longo dos próximos anos. "Estamos extremamente satisfeitos e a existência de parceiros tão interessados também atestam a qualidade dos ativos oferecidos", avaliou Parente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: 'É mais negócio receber o dinheiro hoje'

Entrevista

David Zylbersztajn, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo

O fim da obrigatoriedade de a Petrobrás ser a operadora nas áreas do pré-sal atraiu mais investidores?

Na verdade, isso resolveu um problema da Petrobrás. Ela estava amarrada com uma obrigatoriedade que ela não podia cumprir. Em tese, seria um privilégio para a Petrobrás, mas não era privilégio nenhum. Era uma obrigação, uma armadilha. Ficou menos ruim, porque houve um afrouxamento nas regras. No (modelo) anterior, ia acontecer igual ao primeiro leilão, de Libra, em que não teve concorrência. Se a Petrobrás é obrigada a ser operadora com 30%, o consórcio em que ela tiver é o vencedor e vai ser sempre pelo valor mínimo.

O governo deu sinais de que pode acabar com o modelo de partilha. Isso atrairia mais investidores?

Não tenho a menor dúvida. Se o governo voltar para o modelo de concessão, voltaríamos a 2007. São dez anos de atraso. Em 2007, foram retiradas 41 áreas do pré-sal, num momento em que o petróleo estava a US\$ 110 ou US\$ 120 o barril. Foi antes da crise dos EUA, do início da exploração do shalegas, antes de o México abrir o setor de petróleo, antes de o Irã voltar a produzir. Todas as condições favoráveis estavam naquele momento e o Brasil perdeu. Hoje,

estamos revendo um filme que poderia ter acontecido, só que o final não é tão bom quanto poderia ser.

Mudar a partilha agora não afeta os leilões já anunciados?

Não. Entre o governo sinalizar e fazer vai uma distância. Para as empresas, no fim das contas, a diferença não é tão grande. Para elas, é melhor até pagar lá na frente em petróleo (como ocorre na partilha) do que ter de investir muito agora (como ocorre na concessão).

Se o governo acabar com a partilha antes do próximo leilão do pré-sal não afasta investidores?

Não. Isso daria um pouco mais de trabalho para a ANP por causa do modelo, mas isso a ANP faz com muita facilidade.

O modelo de concessão é melhor?

Para o governo, é muito mais negócio receber o dinheiro hoje do que ficar com a expectativa de daqui a cinco, seis, sete anos receber em petróleo, que você não sabe quanto vai estar valendo. Pode estar valendo menos do que hoje. O petróleo é um animal em extinção. Hoje, o consumo do petróleo é uma fatalidade, mas já vivemos uma transição muito forte para gás natural e fontes renováveis.

Ainda dá para o Brasil recuperar o tempo perdido?

Sim, porque o petróleo vai durar um bom tempo e o pré-sal é extremamente competitivo. / VINÍCIUS NEDER

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Raquel Brandão

Título: Para especialistas, resultado indica retomada do setor

Arrecadação, porém, poderia ser de R\$40 bi, se regime de partilha fosse substituído por modelo de concessão.

Ainda que abaixo da expectativa do governo, o resultado do leilão do pré-sal realizado ontem foi recebido positivamente por especialistas do setor de óleo e gás. "Mostra que estamos no caminho certo de retomada", analisa o professor da PUC-RJ, Alfredo Renault. Das oito áreas ofertadas, duas não foram vendidas, o que representou uma arrecadação R\$1,6 bilhão inferior à esperada. Há, porém, consenso entre os analistas de que o regime de partilha está em crise e

diminui o potencial de rendimento dos contratos, além de inibir o apetite dos investidores. "Do ponto de vista financeiro, o regime de concessão dá mais previsibilidade e competitividade", aponta Anderson Dutra, sócio da área de óleo e gás da KPMG. Segundo o professor da PUC-RJ, um dos problemas da partilha é transferir para o futuro uma renda que a União poderia desfrutar agora.

"Como a partilha exige que o item de decisão do leilão seja o porcentual de óleo/lucro, ela inibe o potencial de bônus de assinatura", explica Renault. O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, Adriano Pires, lembra que o sistema atual faz com que o governo participe do risco e, caso a área estivesse em regime de concessão o cofre da União poderia ter engordado R\$ 40 bilhões, no lugar dos R\$ 6 bilhões. "O dinheiro que hoje foi dado em óleo só se vai conseguir daqui a dez anos, quando nós não sabemos qual será o preço do petróleo." Apesar de considerar essencial a discussão de mudança do regime de partilha para o de concessão, Pires acredita, no entanto, que é preciso cuidado para não comprometer os leilões previstos para 2018. "A longo prazo a concessão é o melhor modelo. Mas não se deve esperar isso já para o ano que vem ou é possível que tal expectativa atrase os investimentos das empresas," pondera Pires

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Suely Caldas

Título: Dúvidas entre concessão ou partilha

As empresas que arremataram ontem os blocos de petróleo do pré-sal por R\$ 6,15 bilhões, pelo regime de partilha, aceitariam pagar seis vezes mais (R\$ 40 bilhões em bônus de assinatura dos contratos) se o leilão fosse feito pelo regime de concessão. E mais: o pagamento seria efetuado ainda este ano, a tempo de ajudar – e muito – o governo Temer a fechar as contas do déficit fiscal e ainda sobriariam uns trocados bem gordinhos.

A estimativa de R\$ 40 bilhões foi anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que promete pôr em pauta projeto de lei substituindo o regime de partilha nas regiões do pré-sal (criado pela então ministra Dilma Rousseff em 2010) pela concessão. A necessária mudança da lei, contudo, é vista com desconfiança: embora favorável à concessão, governo e especialistas temem não haver tempo hábil para sua aprovação, gerar insegurança jurídica e atrasar ou cancelar as duas licitações previstas para 2018. Neste caso, se aprovada no Congresso, a concessão passaria a valer só no próximo governo.

À primeira vista tirado da cartola, o valor de R\$ 40 bilhões anunciado por Maia se baseia em cálculo feito pelo diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, que usou como parâmetro o ágio gigante oferecido pelo consórcio Petrobrás- Exxon, no leilão do mês passado, para seis blocos na Bacia de Campos. Leiloado em regime de concessão, este óleo está situado na chamada "franja" do pré-sal, em área que margeia o polígono onde prevalece o sistema de partilha. Pela área, Petrobrás e Exxon pagaram R\$ 3,59 bilhões, oito vezes mais em relação à segunda melhor oferta, de R\$ 443,9 milhões, feita por Shell-Repsol.

"Se na franja o ágio foi deste tamanho, imagina em áreas bem mais promissoras do pré-sal", argumentou Pires ao explicar seu cálculo para o bônus de assinatura. Na verdade, a estimativa que ele fez a esta coluna é mais larga, entre R\$ 30 bilhões e R\$ 50 bilhões, e Rodrigo Maia ficou no meio.

Mas o bônus de assinatura é apenas a primeira e imediata parte da renda que o petróleo proporciona ao País, e, por isso mesmo, fez brilhar os olhos do deputado Rodrigo Maia não só pelo momento de penúria nas contas públicas, mas por estar ele empenhado em se projetar aos eleitores como candidato. A maior parte vem de outras taxas – royalties, participação especial e Imposto de Renda – cobradas só daqui a quatro, cinco anos, quando o petróleo começa a ser extraído e comercializado. No regime de partilha há, ainda, a renda obtida com a venda do óleo que cabe à União, mas não chega a ser um plus porque na concessão é compensada por elevadas alíquotas de participação especial, inexistente na partilha. Os dois regimes são aplicados no mundo inteiro. Ao Brasil o que interessa é o que o petróleo traz de riqueza para a população e para o desenvolvimento econômico e social do País.

A coluna ouviu a opinião de três especialistas sobre os dois regimes: o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, o consultor Adriano Pires, e o ex-diretor da ANP na gestão Dilma Helder Queiroz. Todos consideram o regime de concessão mais apropriado por ser ágil, transparente e menos vulnerável à corrupção; por retirar o governo do risco do negócio; eliminar custos de controle da indústria presente na partilha; e porque o País já comprovou boa experiência na concessão, enquanto a partilha só agora começa a ser testada com a produção do Campo de Libra, no início de 2018. Queiroz lembra que a intenção de Dilma, ao criar a partilha, foi exercer controle sobre a venda do petróleo e fazer política de comércio bilateral, país para país (lembra o governo Geisel). Seriam acordos com Venezuela, China ou Mercosul, mas não se concretizaram porque ela saiu do governo. "Se no mundo há corrupção na partilha, também há na concessão", avalia ele. Oddone e Pires criticam duramente a partilha: "Foi o maior erro já cometido em nossa política de petróleo", afirmam. Mas o bem-sucedido leilão de ontem, sob regime de

partilha, com mega-ágios de entrega de óleo à União, deixa dúvidas: qual dos dois gera maior renda para o País?

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Andreza Matais e Marcelo de Moraes

Título: Notas

PRONTO, FALEI!

Fernando Coelho Filho - Ministro de Minas e Energia

"O leilão coloca o Brasil de vez no mapa da indústria de óleo e gás mundial", sobre os dois leilões do pré-sal que arrecadaram R\$ 6,15 bilhões.

» O chateado e...

Retaliado pelo governo, que exonerou ontem o superintendente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Ranilson Campos, o deputado Cícero Almeida (Pode-AL) confrontou Temer.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Aneel mantém taxa extra na conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu manter o segundo patamar da bandeira vermelha nas contas de luz em novembro. Com isso, os consumidores terão uma taxa extra de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Até outubro, a bandeira vermelha patamar 2 adicionava R\$ 3,50 a cada 100 kWh. A decisão já era esperada pelo setor elétrico e pelo mercado, após a mudança na metodologia do sistema, anunciada nesta semana. A partir de agora, além do preço da energia no mercado à vista, o sistema passa a considerar também o nível dos reservatórios das hidrelétricas, que estão em patamar crítico em razão do prolongamento da estiagem na região central do País. O sistema de bandeiras tarifárias reflete os custos variáveis da geração de energia.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Leilão do pré-sal rende R\$ 1,6 bilhão a menos**

Com a venda de seis dos oito blocos ofertados na segunda e na terceira rodadas do regime de partilha, o leilão do pré-sal, realizado ontem no Rio de Janeiro, rendeu aos cofres públicos R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura. O resultado, apesar de comemorado pelo governo, ficou R\$ 1,6 bilhão abaixo do esperado. A expectativa era arrecadar R\$ 7,75 bilhões. Porém, duas áreas — Tartaruga Verde e Pau Brasil — não receberam propostas. Outros dois blocos tiveram oferta única sem ágio.

Nas quatro áreas com maior potencial, a disputa foi mais concorrida. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), na segunda rodada, o ágio do excedente em óleo ofertado foi de 260,98% e o bônus total, de R\$ 3,3 bilhões. A 3ª Rodada arrematou R\$ 2,85 bilhões em outorga e ágio de 202,18%. O órgão estima investimentos diretos de R\$ 760 milhões nas áreas vendidas.

“O Brasil está de volta ao cenário do mercado de petróleo mundial”, afirmou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. A expectativa, segundo ele, é que as seis áreas arrematadas gerem investimento de mais de R\$ 100 bilhões e royalties de cerca de R\$ 45 bilhões ao longo dos 30 anos de desenvolvimento dos campos. “O excedente de petróleo reservado para a União, bem acima do mínimo, vai ter um impacto brutal na arrecadação futura”, estimou.

Os maiores ágios foram ofertados pela Petrobras, que levou três blocos, nos quais exerceu a preferência de ser operadora. Na área de Sapinhoá, com lance mínimo de 10,34%, a estatal ofereceu 80%, ágio de 454%; em Peroba, ofertou 76,96% para um mínimo de 13,89%; e 75,86% foi a oferta no bloco de Alto de Cabo Frio Central, cujo lance mínimo era de 21,38%.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, justificou que a companhia considerou o valor máximo que poderia pagar, junto com suas parceiras, e, principalmente, o alto grau de competitividade das áreas. “Nessa situação, nós não podíamos nos dar o luxo de perder essas oportunidades. Fomos nos valores que estávamos autorizados a pagar”, argumentou. A estatal se uniu a gigantes do setor, como a Shell, Repsol, BP Energy e a chinesa CNODC (veja os consórcios vencedores na página 8).

Além da estatal brasileira, o grande destaque do pregão foi a participação da Shell, segunda maior produtora de petróleo no país, que deu lances em todas as

áreas negociadas e arrematou três. A Exxon, que retornou ao mercado brasileiro no mês passado, no último leilão de pós-sal, voltou às compras e levou a área Norte de Carcará, na Bacia de Santos, ao lado da norueguesa Statoil, operadora do bloco, e da portuguesa Petrogal.

O **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, considerou o resultado “estrondoso”. “O que vai vir para a União é muito mais do que os R\$ 6,1 bilhões arrecadados, tivemos 75% das áreas arrematadas”, comemorou. Apesar disso, ele considera a possibilidade de acabar com o regime de partilha, no qual os ganhos são repartidos com a União. “Haverá uma ampla discussão sobre o tema no Congresso”, adiantou.

O presidente Michel Temer também comemorou o leilão. “Tivemos um excelente resultado. Participaram empresas nacionais e estrangeiras de vários países. Obtivemos bônus de outorga expressivo e o excedente em óleo a ser repartido com a União alcançou cifras significativas”, assinalou. “O setor deve criar, ao longo do tempo, 500 mil novos empregos”, destacou. O presidente disse, ainda, que, em nível federal, 75% dos recursos arrecadados com a exploração do pré-sal serão gastos em educação e 25%, destinados à saúde.

Frustração

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, achou “normal” a frustração na arrecadação com o leilão de áreas do pré-sal, que rendeu R\$ 1,6 bilhão a menos do que a equipe econômica esperava para reduzir o rombo das contas públicas. O ministro ressaltou que o saldo é positivo do ponto de vista do Orçamento de 2017, considerando o ágio obtido nos certames realizados em setembro. “Existem leilões que dão resultado um pouquinho melhor, outros, pior. Os anteriores, de hidrelétricas e de petróleo, superaram a expectativa em mais de R\$ 3 bilhões. Esse foi R\$ 1,6 bilhão abaixo do esperado”, disse.

Para o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, a vitória de empresas estrangeiras reforçou o acerto de abrir o leilão para outros operadores explorarem o pré-sal sem a Petrobras. “No entanto, o modelo utilizado no leilão, que é o regime de partilha, não favorece recuperação de receita para União neste ano em favor do recebimento de petróleo no futuro”, afirmou, no Twitter. Para o especialista em contas públicas Raul Velloso, o rombo fiscal é tão grande que a perda de R\$ 1,6 bilhão não é problema. “Não é nada fatal. Estão longe de atingir a meta e não será R\$ 1 bilhão que vai fazer a diferença”, opinou.

Segurança jurídica

Antes de começar, o leilão foi alvo de disputa judicial. Suspenso por determinação do juiz da 3ª Vara Federal Cível da Justiça Federal do Amazonas Ricardo A. de Sales, a venda de oito campos do pré-sal, marcado para as 9h de ontem, começou com atraso, às 11h31, após a advogada-geral da União, Grace Mendonça, conseguir derrubar a liminar ao ser recebida pelo presidente do Tribunal Regional Federal 1ª Região (TRF1), desembargador Hilton Queiroz. Segundo Grace, a AGU deu segurança jurídica ao leilão. “O presidente do TRF1 acatou a argumentação da AGU no tocante à ausência de plausibilidade e em especial à ocorrência em grave lesão ao poder público caso o leilão não fosse realizado”.

“Existem leilões que dão resultado um pouquinho melhor, outros, pior. Os anteriores, de hidrelétricas e de petróleo, superaram a expectativa em mais de R\$ 3 bilhões. Este foi

R\$ 1,6 bilhão abaixo do esperado”

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: S.K.

Título: Modelo de partilha é questionado

O leilão do pré-sal, que garantiu R\$ 6,15 bilhões ao caixa do governo, promete reacquecer a indústria de petróleo e gás do país, trouxe de volta investidores internacionais importantes — como a Shell, vencedora de três blocos — e consolidou a Petrobras como operadora em outros três blocos, nos quais também foi a licitante ganhadora. Contudo, o modelo de partilha está longe do ideal, dizem especialistas.

Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileira Infraestrutura (Cbie), o certame foi um sucesso. “Vendeu seis de oito. A Petrobras foi a grande vitoriosa, junto com a Shell”, comentou. No entanto, Pires ressaltou que o regime de partilha, que permite à estatal brasileira exercer a preferência como operadora, mostrou que o modelo não é o melhor. “Se fosse o regime de concessão, no qual todos tivessem igualdade de condições para concorrer, o sucesso teria sido maior”, avaliou.

Pelo modelo de partilha, a União ganha óleo-lucro — petróleo excedente depois de descontados os custos de exploração. “Não há transparência. É uma

jabuticaba, só existe no Brasil. Melhorou um pouco, porque antes a participação da Petrobras era obrigatória, mas ainda é uma jabuticaba”, reiterou.

No entender de Aloisio Araujo, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV/EPGE), o regime de partilha também não é bom. “Cria uma burocracia estatal que introduz inércia ao sistema. Antes de cada decisão importante, é preciso chamar uma consulta. Um modelo diferente do que existe no resto do mundo, sobretudo nos países desenvolvidos”, criticou.

Conforme o professor, no regime de partilha, é preciso apurar o lucro para dar a parte da União. “Para isso, é preciso saber o custo. Abre a possibilidade de fraudar o custo para reduzir o lucro”, explicou. A fim de evitar isso, foi criada a Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), que controla os gastos. “Cada vez que a empresa operadora for comprar uma sonda, tem que consultar a estatal. O governo recebeu menos porque os grupos globais não querem casar com a PPSA”, disse.

Na opinião de João Paulo Naegele, especialista do setor de óleo e gás do escritório Vinhas e Redenschi Advogados, o resultado foi positivo. “Lógico que a expectativa era de que todos os blocos recebessem proposta. Houve disputa em quatro áreas, com ágio bem significativo. Mas o período de exploração demora de cinco a sete anos para reverter em lucro”, ressaltou.

A especialista do escritório Souto Correa Livia Amorim assinalou que o regime não é voltado para o bônus de assinatura. “Deixou de ser só uma questão fiscal”, afirmou. Conforme ela, a partilha aumenta a ingerência da União no processo, que passa a ter influência em decisões técnicas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia / colunas

Autor: Vicente Nunes

Título: Reforço de R\$ 195 bilhões

Apesar da frustração com o leilão de áreas do pré-sal — a arrecadação ficou R\$ 1,6 bilhão abaixo do previsto —, a equipe econômica acredita que o ânimo entre o empresariado melhorou muito, o que dará um novo gás à atividade. A perspectiva é de que, já no último trimestre deste ano, os investimentos comecem a apresentar crescimento, ainda que modesto, tornando a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) mais sólida. A confiança é tamanha que, na avaliação de Marcos Ferrari, secretário de Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, nem as incertezas em relação às eleições de 2018 vão tirar o país da rota da expansão. “Se, em 2015, a crise era inescapável, em 2017, a recuperação será inevitável”, diz.

Para Ferrari, há um conjunto de fatores sustentando a retomada da economia: inflação baixa, juros em queda, comprometimento menor da renda das famílias com dívidas, dólar comportado, spreads bancários mais baixos e liberação de recursos extras aos trabalhadores. Pelos cálculos dele, juntos, esses fatores devem reforçar em pelo menos R\$ 195 bilhões o poder de compra da população até o fim de 2018. De olho nesses recursos, a tendência é de que os empresários se animem em retirar da gaveta projetos de investimentos que estão encalhados há um bom tempo. Haverá, no entender do secretário, a expectativa de ampliação das vendas. Não por acaso, os índices de confiança estão em alta.

Com base nesse cenário, Ferrari admite que as projeções oficiais do governo para o crescimento do PIB neste ano (0,7%) e no próximo (2,4%) se tornaram piso. Se houver surpresas, elas tenderão a ser positivas. “A economia se descolou da política”, frisa Ferrari. Mesmo que o horizonte esteja recheado de incertezas, os investidores estão preferindo acreditar que a recuperação do nível de atividade é para valer. Ele admite, porém, que o ritmo de crescimento dependerá da aprovação de reformas como as da Previdência Social. Se o Congresso der aval às propostas do governo, maior será o salto do PIB.

Entrave fiscal

Nesse processo de recuperação, um ponto vem intrigando Ferrari: a retomada do emprego. Acreditava-se que, mesmo com a economia saindo do atoleiro da recessão que durou mais de dois anos, o mercado de trabalho fosse a última variável a responder. Mas, para surpresa de todos, o emprego está reagindo com a atividade. “Esse é um tema a ser explicado”, afirma. O secretário ressalta que, num primeiro momento, houve criação de vagas no mercado informal. Há seis meses seguidos, porém, é o emprego formal, com carteira assinada, que está puxando a melhora.

“Criou-se um ambiente positivo”, destaca Ferrari. Mas há ressalvas, como a questão fiscal. É visível a dificuldade do governo em cumprir a meta de déficit de até R\$ 159 bilhões neste ano e em 2018. Há o risco, inclusive, de o Tesouro Nacional descumprir a chamada regra de ouro, que impede a emissão de dívidas para o pagamento de despesas correntes, como salários do funcionalismo. O quadro só não é mais dramático graças aos programas de privatizações e de concessões, que estão compensando a forte perda de receitas com impostos. Além do alívio nas contas, acredita o secretário, a transferência de projetos de infraestrutura para o setor privado acaba tendo o papel relevante de aumentar a produtividade da economia.

Ele chama a atenção, ainda, para o aumento das importações de bens de capital nos últimos meses. Isso significa que, independentemente da elevada

capacidade ociosa, as empresas estão adquirindo máquinas e equipamentos para, em algum momento, ampliar os parques produtivos. “Os investimentos virão para dinamizar a trajetória de crescimento do PIB. Foi assim que aconteceu nos Estados Unidos, depois da crise de 2008. Primeiro, veio a recuperação do consumo. Depois, dos investimentos”, afirma. Para Ferrari, não haverá frustração. É esperar para ver.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Hamilton ferrari

Título: Luz terá taxa extra de R\$ 5

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou ontem que a fatura de energia vai ficar mais cara no mês que vem. A bandeira tarifária para o mês de novembro de 2017 será vermelha no patamar 2, com custo de R\$ 5 a cada 100 quilowatts-hora (kW/h) consumidos.

A justificativa do órgão regulador é que não houve evolução na situação dos reservatórios das usinas hidrelétricas em relação ao mês anterior. “Ainda que não haja risco de desabastecimento de energia elétrica, é preciso reforçar as ações relacionadas ao uso consciente e combate ao desperdício”, afirmou.

Criado pela Aneel, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia gerada, possibilitando aos consumidores o bom uso da energia elétrica. O funcionamento das bandeiras tarifárias é simples: as cores verde, amarela ou vermelha (nos patamares 1 e 2) indicam se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

As bandeiras tarifárias variam para sinalizar ao consumidor quando é hora de economizar, já que o patamar 2 indica a necessidade de operar usinas térmicas mais caras para compensar a geração hidráulica inibida pela falta de chuvas.

Na última terça-feira, 24, foi aprovada audiência pública para discutir a revisão da metodologia das bandeiras tarifárias e dos valores de suas faixas de acionamento. A proposta é de bandeira amarela no valor de R\$ 1; bandeira vermelha no patamar 1, R\$ 3; e vermelha no patamar 2, R\$ 5, a cada 100kWh consumidos e frações.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política / colunas

Autor: Denise Rothenburg

Título: Brasília-DF

Depois do pré-sal...

A arrecadação menor do que a esperada pelas autoridades no leilão do pré-sal ontem fará com que o governo redobre os cuidados para a modelagem de venda da Eletrobras, a ser anunciada em novembro. Internamente, defende-se que as autoridades aproveitem a medida provisória a ser editada em breve para mudar o regime de cotas, de forma a aumentar o preço da companhia. Caso contrário, venderá a empresa a preço de liquidação, com a possibilidade, inclusive, de afugentar investidores. Essa mudança, porém, aumentará o preço final da energia paga pelo consumidor. Mas, diante das dificuldades fiscais e da necessidade de cumprimento do teto de gastos, o governo tende a seguir por esse caminho.

MME / ASCOM .